

sumário

<i>Prefácio</i>	11
<i>Nota introdutória</i>	23
1. Considerações preliminares	27
1.1. Direito e Internet.....	27
1.2. Privacidade e Internet.....	38
2. Conceituação do direito à privacidade	45
2.1. Introdução	45
2.2. Privacidade, intimidade, vida privada: sua difícil conceituação.....	46
2.3. Conceitos unitários de privacidade.....	52
2.3.1. O direito a ser deixado só.....	52
2.3.2. Resguardo contra interferências alheias.....	55
2.3.3. Segredo ou sigilo	62
2.3.4. Controle sobre informações e dados pessoais.....	67
2.4. A necessidade de um conceito plural de privacidade	78
2.5. A privacidade como conjunto de proteções contra uma pluralidade de problemas distintos relacionados entre si.....	84
3. Privacidade: direito fundamental, peso e valoração.....	91
3.1. Breve perspectiva histórica	91
3.2. Princípios e regras	98
3.2.1. Conflito entre regras e colisão entre princípios	102
3.2.2. A lei do sopesamento.....	106
3.2.3. A exigência de fundamentação sólida e objetiva no sopesamento	107
3.3. A privacidade como princípio e a dimensão de seu peso	112
3.4. Elementos de valoração da privacidade	113
3.4.1. Valor intrínseco e valor instrumental	118
3.4.2. A dimensão social da privacidade	119

4. Internet: arquitetura e regulação.....	125
4.1. Considerações iniciais	125
4.2. Internet e “ciberespaço”	126
4.3. As principais correntes doutrinárias	130
4.3.1. Autorregulação	130
4.3.2. “Direito do ciberespaço”	136
4.3.3. Analogia e Internet	139
4.3.4. Abordagem mista: sistema jurídico aliado à arquitetura da Internet	146
4.4. Características da Internet e suas implicações jurídicas.....	149
4.4.1. Importância da análise.....	151
4.4.2. O princípio <i>end-to-end</i>	152
4.4.3. Imperfeições regulatórias.....	156
4.5. As modalidades de regulação propostas por Lawrence Lessig	158
4.5.1. O direito.....	158
4.5.2. As normas sociais	159
4.5.3. O mercado	160
4.5.4. A arquitetura	161
4.5.5. A interação entre as quatro modalidades de regulação	166
4.5.6. As modalidades de regulação e a Internet	170
4.5.7. Arquitetura e “natureza” da Internet	173
4.6. O “código” e o Direito	175
4.7. Arquiteturas de controle.....	178
4.7.1. Arquiteturas de controle e privacidade	180
4.7.2. Arquiteturas de controle e camadas dos sistemas de comunicação.....	182
5. Mecanismos tradicionais de tutela	187
5.1. Introdução	187
5.2. Autotutela	187
5.3. <i>Habeas data</i> e suas limitações.....	198
5.4. Retenção de dados cadastrais e de conexão dos usuários	210
5.5. A insuficiência da tutela individual de reparação de danos	220

5.6. Dano moral nos casos de violação da privacidade por meio da Internet	224
5.7. A tutela coletiva e sua importância para a Internet.....	230
6. Intermediários e medidas de apoio	247
6.1. As dificuldades de cooperação judicial internacional	247
6.1.1. O caso <i>LICRA v. Yahoo</i>	250
6.1.2. O caso <i>Alemanha v. Töben</i>	255
6.2. A importância dos intermediários.....	259
6.3. Tutela específica e obtenção do resultado prático equivalente	263
6.3.1. A regra da proporcionalidade	266
6.4. Medidas de apoio impostas a intermediários na Internet	274
6.4.1. Medidas impostas a serviço de publicação controlado por intermediário nacional.....	275
6.4.2. Medidas impostas a serviço de publicação controlado por intermediário estrangeiro que tem um representante nacional.....	280
6.4.3. Remoção de resultados de mecanismos de busca	288
6.4.4. Bloqueio de endereço IP.....	297
6.4.5. Bloqueio de <i>Web sites</i> por adulteração de tabelas de DNS.....	305
6.4.6. Suspensão, cancelamento e transferência de nomes de domínio	312
6.4.7. Filtros de localização geográfica.....	320
6.4.8. Soluções de mercado	324
6.4.9. Imposição de ônus gerais.....	333
7. Considerações finais: desafios e propostas	337
7.1. As dificuldades da tutela específica.....	337
7.2. Medidas de bloqueio e pressão econômica: o caso <i>Wordpress. com</i> ...	339
7.3. O mito de Sisifo e o “efeito Streisand” na Internet	349
7.4. Outras iniciativas e seus problemas	356
7.5. Algumas propostas	359
7.5.1. Regulamentação dos usos da informação	359
7.5.2. Regulamentação da retenção de dados.....	360
7.5.3. Uma interpretação gradual do direito à privacidade.....	361

7.6. Os limites do Direito	367
7.7. Conclusão: respostas às perguntas formuladas.....	373
8. Referências	375